



Tribunal de Contas do Distrito Federal
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

PROCESSO Nº: 10.712/2010-e E.
JURISDICIONADA: Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal
– SEL/DF
ASSUNTO: Tomada de Contas Especial.

EMENTA: PROCESSUAL. LICITAÇÕES E CONTRATOS. SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL – SEL/DF. FEDERAÇÃO METROPOLITANA DE FUTEBOL. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – TCE. CONTAS IRREGULARES. DÉBITO. RECURSO DE REVISÃO. CONHECIMENTO. MÉRITO. DESPROVIMENTO. PEDIDO DE VISTA. VOTO DE VISTA. DIVERGENTE. REAPRESENTAÇÃO DO VOTO. MANUTENÇÃO DO VOTO.

RESUMO: 1) Tomada de Contas Especial – TCE. Verificação de possíveis irregularidades na prestação de contas do Convênio nº 02/2000 – SEL/DF x Federação Metropolitana de Futebol. 2) **Decisão nº 5.761/2012:** conhecimento e procedência das defesas apresentadas. Julgamento da TCE pela regularidade, com ressalva, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/1994. 3) **Decisão nº 6.687/2012:** conhecimento, no efeito suspensivo, do Recurso de Reconsideração interposto pelo MPjTCDF, em face da Decisão nº 5.761/2012. 4) **Decisão nº 1.729/2015:** provimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo MPjTCDF, para fins de reformar o item II da Decisão nº 5.761/2012 e o Acórdão nº 340/2012. 5) **Decisão nº 4.993/2015:** conhecimento, no efeito suspensivo, do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Weber de Azevedo Magalhães, contra a Decisão nº 1.729/2015. Conhecimento, com fundamento no princípio da fungibilidade, do recurso como pedido de prorrogação de prazo para recurso, oportunizando aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix e Weber de Azevedo Magalhães prazo para manifestação. 6) **Decisão da Presidência nº 106/2015 – P/AT:** conhecimento, no efeito suspensivo, do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix contra os termos da Decisão nº 1.729/2015. 7) **Decisão nº 1.703/2017:** negativa de provimento aos Recursos de Reconsideração interpostos em face da Decisão

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

nº 1.729/2015. Concessão de prazo aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira, Weber Magalhães e à Federação Brasiliense de Futebol para, de forma solidária, procederem ao recolhimento do débito no valor de R\$ 278.693,24, atualizado em outubro/2016. **8) Decisão nº 2.228/2018:** julgamento pela irregularidade das contas dos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira, Weber Magalhães e da Federação Brasiliense de Futebol, com fundamento no art. 17, III, “c”, da LC nº 1/1994. Notificação dos responsáveis para que efetuassem e comprovassem o recolhimento do débito, no valor de R\$ 305.094,86 (atualizado até 16.04.18). Aprovação, expedição e publicação do Acórdão nº 129/2018. **9) Decisão nº 4.859/2018:** conhecimento, no efeito suspensivo, do Recurso de Reconsideração interposto pela Federação de Futebol do Distrito Federal contra a Decisão nº 2.228/2018 e o Acórdão nº 129/2018. **10) Decisão nº 178/2020:** negativa de provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pela Federação de Futebol do Distrito Federal contra a Decisão nº 2.228/2018 e o Acórdão nº 129/2018. **11) Decisão nº 3.604/2020:** conhecimento do envio das documentações necessárias ao MPJTCDF e à PGDF, com vistas à cobrança judicial do débito imposto aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira e Weber Magalhães e à Federação Brasiliense de Futebol, pela Decisão nº 2.228/2018 e pelo Acórdão nº 129/2018. **12) Decisão nº 1.195/2021:** conhecimento, como petição, da documentação apresentada pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix, para, no mérito, negar-lhe provimento. **13) Decisão nº 438/2023:** conhecimento, sem efeito suspensivo, do Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix contra os itens II e III da Decisão nº 2.228/2018 e o Acórdão nº 129/2018. **14) Unidade Técnica (NUREC): sugere que o Tribunal dê provimento ao recurso,** para reconhecer a ocorrência da prescrição de ressarcimento ao erário, na forma da Decisão Normativa nº 5/2021, com as alterações introduzidas pela de nº 1/2024, desconstituindo a cobrança do débito imputado ao Sr. Herbert William de Oliveira Félix (Peças 248/255) em virtude dos itens II e III da Decisão nº 2228/2018 (Peça 151) e do Acórdão nº 129/2018 (Peça 152); estenda os efeitos da prescrição aos demais corresponsáveis, Srs. Luiz Antônio de Oliveira e Weber de Azevedo Magalhães e a Federação Brasiliense de Futebol; e cientifique o MPJTCDF e à PGDF



Tribunal de Contas do Distrito Federal
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

a respeito da desconstituição do título executivo extrajudicial consubstanciado no Acórdão nº 129/2018 (Peça 152). **15) Cota Complementar do Diretor do Nurec:** discorda da manifestação da Unidade Técnica. Entende que não é cabível invocar a incidência da prescrição, seja por ausência de autorização legal, tendo em vista que o recurso de revisão não está contemplado na DN nº 5/2021 (com as alterações advindas da DN nº 1/2024), seja por se tratar de modalidade recursal que comporta característica rescisória, na forma do entendimento constante no Tema 136 do Supremo Tribunal Federal. **16) Ministério Público:** parecer convergente com a manifestação do Diretor do Nurec na Cota Complementar. **17) Voto original:** convergente com a cota complementar do Diretor do Nurec e com o Ministério Público. **18) Pedido de Vista do Conselheiro Manoel de Andrade. (Decisão nº4.150/2024).** **19) Voto de vista divergente.** O Revisor vota no sentido de que o Tribunal, no mérito, dê provimento ao recurso de revisão para reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário, na forma da Decisão Normativa nº 5/2021, com as alterações introduzidas pela Decisão Normativa nº 1/2024, desconstituindo a cobrança do débito imputado ao Sr. Herbert William de Oliveira Félix em virtude dos itens II e III da Decisão nº 2228/2018 e do Acórdão nº 129/2018; considere encerrada a presente TCE em virtude da prescrição e, com fundamento no art. 127 do RITCDF, estenda os efeitos da prescrição aos demais corresponsáveis, Srs. Luiz Antônio de Oliveira e Weber de Azevedo Magalhães e à Federação Brasiliense de Futebol. **20) Nesta fase: reapresentação do feito. Manutenção do voto** apresentado na Sessão Ordinária nº5.402, de 30.10.2024.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE, instaurada para apurar possíveis irregularidades constatadas na prestação de contas do Convênio nº02/2000, referente ao repasse de recursos pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF à Federação Brasiliense de Futebol, no valor original de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Na Sessão Ordinária nº 5.402, de 30.10.2024, **apresentei o Voto**



Tribunal de Contas do Distrito Federal
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

(peça 281), pelo qual aquiesci com a manifestação do Diretor do Nurec na Cota Complementar à Informação nº 93/2024 (peça 278), acompanhada pelo Ministério Público, conforme dispositivo *stricto sensu*, a seguir transcrito:

Diante do exposto, acolhendo as manifestações contidas na Cota Complementar do Diretor do Nurec e no Parecer do Ministério Público de Contas, cujas razões adoto como fundamentos para decidir, VOTO no sentido de que o Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) da Informação nº 093/2024 – NUREC (peça 273)*
- b) da Cota complementar do Diretor do NUREC (peça 278); c)*
- c) do Parecer nº 605/2024-GIP (peça 280);*
- d) do Acórdão nº 1888533 (ID 61543836) proferido no processo TJDFT nº 0704533-83.2023.8.07.0001, bem como do trânsito em julgado em 08.08.2024 (ID 62716321) do referido acórdão;*

II. no mérito, negue provimento ao recurso de revisão interposto pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix (Peças 248/255) em face dos itens II e III da Decisão nº 2.228/2018 (Peça 151) e do Acórdão nº 129/2018 (Peça 152);

III. autorize:

- a. conhecimento da decisão que vier a ser proferida ao Recorrente;*
- b. envio ao Núcleo de Recursos de cópia desta decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros; c. retorno dos autos à Secretaria de Contas – SECONT para fins de arquivamento.*

Na citada sessão, o **Conselheiro Manoel de Andrade (Decisão nº 4.150/2024)**, para melhor compreensão do *thema decidendum*, **pediu vista dos autos**, adiando-se consequentemente o julgamento da matéria (peça 282).

Ato contínuo, Sua Excelência apresentou o Voto à peça 283 divergindo, deste Relator, no sentido de que seja dado provimento ao Recurso em exame diante da ocorrência da prescrição.

A seguir, reproduzo trechos do Voto do Conselheiro Manoel de Andrade (peça 283):

O i. Conselheiro relator, na Sessão Ordinária nº. 5402, de 30/10/2024, apresentou voto acolhendo o entendimento manifestado pelo Diretor do NUREC e pelo MPjTCDF.

Com as devidas vênias, ousou apresentar visão distinta daquela estampada no encaminhamento proposto pelo Relator.

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

Embora o art. 6º da DN nº 5/2021 não mencione de forma inequívoca e expressa o recurso de revisão como supedâneo para a aplicabilidade no tempo das normas nela contidas, e tendo em conta, igualmente, que a expressão “processos pendentes de deliberação de mérito” parece albergar tão-somente os processos pendentes de decisão definitiva, por outro lado, uma vez não consumado o prazo decadencial para o recurso de revisão, resta inegável que ainda não houve exaurimento total da jurisdição administrativa.

Nessa perspectiva, o recurso de revisão, mesmo que se revista de natureza rescisória, mantém inegável interconexão com o mérito objeto de análise, no caso, julgamento de contas especiais, especialmente quando atrelado a documento novo, como é o caso da superveniência da própria DN nº 5/2021 e, especificamente, da aplicação do instituto da prescrição previsto na legislação de regência desde 1999¹.

No ponto, deve-se ressaltar que a súmula e o precedente do STF (Súmula 343 e Tese 136) evocados pelo titular do NUREC aplicam-se às ações rescisórias judiciais e, por esta razão mesma, não devem ser automática e absolutamente transpostos para o âmbito administr

ativo, especialmente quando a legislação e normativos internos regulamentam a aplicabilidade do instituto da prescrição nesta Casa.

Ademais, obtempero que a prescrição é matéria de ordem pública, com vistas à segurança jurídica e à paz social. Saliento, ainda, que não cogito de aplicação retroativa das normas estampadas na DN nº 05/2021 – caso em que o debate demandaria maior aprofundamento doutrinário e jurisprudencial –, mas de aplicação do instituto da prescrição regulamentado pela referida decisão a fatos ainda sob jurisdição desta Corte de Contas.

É que, a meu ver, como mencionei em linhas anteriores, estando ainda em curso o quinquênio decadencial para interposição do recurso de revisão, como no caso concreto, subsiste a jurisdição do Tribunal, tanto que o recurso em tela foi conhecido pela Corte por meio da Decisão nº 438/2023. Assim, entendo que, uma vez provocado tempestivamente o Tribunal, nos termos da legislação regente, a alegação de ocorrência da prescrição é matéria de ordem pública, da qual não poderia escapar o eg. Plenário.

Diversamente, contudo, seria a hipótese de preclusão ao direito recursal pelo decurso do prazo de cinco anos para interposição do recurso de revisão, caso em que, pela extinção da jurisdição administrativa, o Tribunal, por falta de amparo legal, não poderia adentrar os meandros das questões processuais que se encontram cristalizadas no tempo.

Apenas pelo amor ao debate, permitam-me cogitar a hipótese, ainda que pouquíssimo provável, de processo cujos fatos ocorreram já na vigência da DN 05/21 e que já esteja processualmente resolvido – entenda-se: com decisão definitiva, sem viabilidade de formulação dos demais recursos –, mas no qual o interessado, em recurso de revisão, aponta ocorrência de prescrição e demanda o desfazimento de decisão que lhe era desfavorável. Nessa hipótese, o direito que socorre ao recorrente estaria assentado tão-somente na vigência da DN 05/21, ou no reconhecimento de que esta Casa, por meio da multicitada Decisão

¹ Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999.

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

Normativa, tratou tão-somente de regulamentar, em suas rotinas processuais, o instituto da prescrição que há muito vigia no mundo jurídico?

Permito-me insistir, evoluindo na hipotética situação aventada no parágrafo anterior: processo posterior à DN 05/21, com decisão definitiva, sem possibilidade dos recursos literalmente indicados na DN e, também, sem a possibilidade de interposição do recurso de revisão, por preclusão quinquenal. Em uma situação assim descrita, é de se perguntar: poderia o Tribunal reconhecer eventual prescrição não detectada durante o andamento regular do processo, mesmo estando o interessado impossibilitado de manejar recursos, inclusive de revisão?

É justo ponderar que a edição da DN 05/21 e, posteriormente, da DN 01/24, representa significativo avanço da regulamentação das normas processuais aplicáveis nesta Casa, mormente por tratar de instrumento de segurança jurídica existente desde novembro de 1999 no ordenamento pátrio. Todavia, não posso deixar de assinalar que ambas decisões normativas, obviamente, não representam inovação na ordem legal, mas apenas a regulamentação interna corporis que este Tribunal aprovou, no âmbito de suas competências normativas, para a aplicação em seu seio do instituto da prescrição já previsto em lei.

Nesse contexto, forçoso é reconhecer que, embora exista significativo lapso temporal entre a criação do instituto pela Lei n.º 9.873, de 23 de novembro de 1999, e a regulamentação nesta Casa, a partir de 1º de janeiro de 2022², é inegável que a prescrição, detectada pela Unidade Instrutiva, socorre o interessado, ao menos por duas razões: i) expressa previsão legal e ii) possibilidade recursal no âmbito do sistema processual vigente nesta Corte de Contas.

A partir da perspectiva em que vejo os fatos, como descrito acima, necessário se faz harmonizar a legislação de regência, sob pena de supressão de direitos via norma regulamentar, como parece sugerir a aplicação seca e literal patrocinada pelo titular do NUREC. Assim, embora o art. 6.º da IN 5/21 não contemple expressamente o recurso de revisão entre as hipóteses de aplicabilidade da referida norma, a realidade factual demonstra que, dentro dos prazos legais em que a Corte pode ser movimentada, é de ordem pública o reconhecimento da incidência da prescrição.

Não é difícil reconhecer a natureza transitória da solução que ora vislumbro, conquanto todo esse debate restará exaurido brevemente, quando se completarem 5 anos da vigência da IN 5/21, uma vez que eventuais prescrições não alegadas e/ou não reconhecidas de ofício não mais poderão ser aquilatadas, porque não caberá recurso de revisão, pelo decurso do prazo de 5 anos previstos na LO/TCDF.

Considerando todo o exposto, acolho o entendimento manifestado pelo órgão técnico, no sentido de não ser “aplicável ao caso a restrição, ou limitação, contida na parte final do artigo 6º da DN nº 5/2021”.

Ultrapassada esta questão, na hipótese dos autos, também comungo do entendimento técnico no sentido de que a prescrição da pretensão de

² Vigência da IN 05/2021.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

ressarcimento ao erário “poder ser enquadrada na previsão contida no inciso IV do artigo 1º da DN nº 5/2021, já alterado pela DN nº 1/2024, que fixa como início da contagem do prazo prescricional a ‘data final para a prestação de contas ou da data de sua apresentação, se intempestiva’”.

Nessa senda, considerando que a apresentação da prestação de contas final, veio a ocorrer apenas em 27/02/2004, e que a determinação de conversão do feito em TCE somente ocorreu em 15/04/2010, comungo do entendimento manifestado pelo órgão técnico no sentido de que a pretensão ressarcitória dos autos está prescrita.

Por fim, no que tange Processo TJDF nº 0704533- 83.2023.8.07.0001, que no âmbito do Poder Judiciário albergou Embargos à Execução opostos pelo senhor Herbert William de Oliveira Félix e cujos resultados lhe foram desfavoráveis, entendo que o objeto do referido processo não mitiga o quanto venho de defender nesta oportunidade. Explico.

Conforme notícia o nobre Relator, foi ajuizada a execução de título extrajudicial, com base no Acórdão nº 129/2018-TCDF (Processo TJDF nº 0703208- 90.2021.8.07.0018), contra o qual o interessado opôs os Embargos à Execução referidos, em que suscitou a prescrição da pretensão e o erro praticado pelo TCDF ao sancioná-lo com a obrigação de ressarcir ao erário, Embargos estes que foram julgados improcedentes, o que motivou a interposição do Recurso de Apelação pelo senhor Herbert.

Pois bem. Aproveito, aqui, o trecho transcrito pelo nobre Relator do da fundamentação que julgou improcedente os Embargos referidos:

A ação executiva do título extrajudicial foi ajuizada em 19/05/2021. Há de se distinguir dois prazos: o prescricional da instauração de processo administrativo (prazo prescricional na esfera administrativa) e o do ajuizamento da ação judicial de execução (prazo prescricional na esfera judicial).

O prazo para abertura do processo administrativo deve levar em conta o ato a ser investigado. No caso, foi investigado o parecer do apelante que considerou boas as contas prestadas no âmbito do Poder Executivo (ID 56614081), entre todos os documentos apresentados na referida prestação de contas. A validade do processo administrativo (por eventual intempestividade) não foi questionada pelo apelante, mas apenas a “prescrição do título executivo extrajudicial que impulsionou essa ação” (ID 56614073 pág. 15). Assim, o Poder Judiciário é impedido de adentrar nesse mérito, sob pena de decidir de forma ultra petita. A Decisão Normativa de nº 5/2021 do TCDF trata justamente do prazo administrativo prescricional.

Dessa forma, devem ser contabilizadas as datas ocorridas após a formação do título extrajudicial.

Soma-se a isso o fato de que até a decisão do processo administrativo, não se podia falar em pretensão do Distrito Federal em cobrar judicialmente o valor executado, pois a pretensão surgiu apenas com a decisão do processo administrativo, no qual foram apuradas as infrações e calculada a punição.

Para além da óbvia distinção institucional – jurisdição administrativa a cargo deste Tribunal vis-à-vis da jurisdição propriamente dita afeta ao Poder Judiciário, deve-se observar a clara distinção entre os objetos da ação judicial de cobrança de título executivo extrajudicial, lastreada em acórdão desta Corte

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

de Contas, e as apurações aqui levadas a efeito no âmbito de tomada de contas especial. No ponto, como bem salientou o douto Juiz, no trecho suso transcrito da sentença nos Embargos à Execução manejados pelo senhor Herbert, “a validade do processo administrativo (por eventual intempestividade) não foi questionada pelo apelante, mas apenas a “prescrição do título executivo extrajudicial que impulsionou essa ação”. Não por outro motivo aquele juízo declarou “estar impedido de adentrar nesse mérito, sob pena de decidir de forma ultra petita”.

Vê-se, portanto, que o Sr. Herbert William de Oliveira Félix pediu mal ao opor os mencionados Embargos à Execução, vez que alegou prescrição da cobrança extrajudicial, o que os atos processuais demonstraram não ser verdadeiro.

Nos presentes autos, diversamente, corrigindo o pedido no rumo do atendimento de seus interesses jurídicos, o recorrente nada questiona acerca da ação de cobrança, mas, ao revés, postula recurso de revisão no qual funda suas pretensões na ocorrência da prescrição, em fatos anteriores mesmo à edição do Acórdão nº 219/2018.

Forte nessa argumentação, não vislumbro possível coisa julgada material a obstar ou mesmo interferir no andamento dos autos, vez que não há estrita conexão entre a matéria versada neste processo com aquelas debatidas nos Processos TJDFT n.ºs 0703208- 90.2021.8.07.0018 e 0704533-83.2023.8.07.0001.

Posto isso, renovando as vênias ao nobre Relator, VOTO no sentido que este eg. Plenário:

I. tome conhecimento da Informação nº 093/2024 – NUREC, da cota complementar de mesmo número e do Parecer nº 605/2024- G1P;

II. no mérito, dê provimento ao recurso manejado pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix, para reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário, na forma da Decisão Normativa n.º 5/2021, com as alterações introduzidas pela de n.º 1/2024, desconstituindo a cobrança do débito imputado ao Sr. Herbert William de Oliveira Félix em virtude dos itens II e III da Decisão n.º 2228/2018 e do Acórdão n.º 129/2018;

III. considere encerrada a presente TCE, em virtude da prescrição reconhecida no item precedente;

IV. com fundamento no artigo 127 do RI/TCDF, estenda os efeitos da prescrição aos demais corresponsáveis, Srs. Luiz Antônio de Oliveira e Weber de Azevedo Magalhães e à Federação Brasiliense de Futebol;

V. dê ciência ao Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal - MPjTCDF e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF a respeito da desconstituição do título executivo extrajudicial consubstanciado no Acórdão nº 129/2018;

VI. aprove, expeça e mande publicar os Acórdãos que ora submeto ao Plenário;

VII. autorize:

a. o conhecimento desta decisão e do Relatório/Voto que a conduziram ao Recorrente, Sr. Herbert William de Oliveira Félix, aos Srs. Luiz Antônio de Oliveira e Weber de Azevedo Magalhães e à Federação Brasiliense de Futebol;

b. envio ao Núcleo de Recursos de cópia desta decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros;



Tribunal de Contas do Distrito Federal
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

c. retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada e posterior arquivamento. (grifos acrescidos)

É o relatório.

VOTO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE, instaurada para apurar possíveis irregularidades constatadas na prestação de contas do Convênio nº02/2000, referente ao repasse de recursos pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF à Federação Brasiliense de Futebol, no valor original de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Após regular instrução processual, na Sessão Ordinária nº 5.402, realizada em 30.10.2024, **apresentei o Voto à peça 281, por meio do qual aquiesci com a manifestação do Diretor do Nurec na Cota Complementar, acompanhada pelo Ministério Público**, conforme o dispositivo constante do *stricto sensu*.

Na citada Sessão, o **Conselheiro Manoel de Andrade pediu vista dos autos (Decisão nº 4.150/2024)**, adiando-se consequentemente o julgamento da matéria (peça 282).

Na sequência, **Sua Excelência apresentou o Voto de Vista à peça 283, divergindo deste Relator.**

Em síntese, **o Revisor ao verificar que ainda está em curso o quinquênio decadencial para interposição do recurso de revisão**, como neste caso concreto, entende que **subsiste a jurisdição do Tribunal**. Ao fundamentar sua posição, destacou que:

- embora o art. 6º da DN nº 5/2021 não mencione de forma inequívoca e expressa o recurso de revisão, é inegável que, enquanto não se consuma o prazo decadencial para a interposição desse recurso, não se pode considerar exaurida a jurisdição administrativa;



Tribunal de Contas do Distrito Federal
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

- ainda que o recurso de revisão tenha natureza rescisória, mantém uma interconexão com o mérito objeto de análise, no caso, o julgamento de contas especiais;
- a súmula e o precedente do STF (Súmula 343 e Tese 136) suscitados pelo titular do Nurec aplicam-se às rescisórias judiciais e não devem ser automáticas e transpostas para o âmbito administrativo;
- a prescrição é matéria de ordem pública com vistas à segurança jurídica e à paz social;
- a pretensão ressarcitória dos autos está prescrita, com base no disposto no inciso IV do art. 1º da DN nº 5/2021, alterado pela DN nº1/2024, uma vez que a prestação de contas final ocorreu em 27/02/2024 e a determinação de conversão do feito em TCE somente ocorreu em 15/04/2010;
- o processo TJDFT nº 0703208-90.2021.8.07.0018 trata da execução de título extrajudicial com base no Acórdão nº129/2018-TCDF. O interessado interpôs embargos à execução (Processo TJDFT nº 0704533- 83.2023.8.07.0001) alegando a prescrição do título executivo extrajudicial e não a validade do processo administrativo;

Por fim, o nobre **Revisor registrou o acolhimento do entendimento manifestado pelo corpo técnico**, no sentido de não ser *“aplicável ao caso a restrição, ou limitação, contida na parte final do artigo 6º da DN nº 5/2021”*.

Ao analisar detidamente os argumentos do ilustre Revisor, *data venia*, **não vislumbro razões para alterar o meu entendimento, apresentado na Sessão Ordinária nº 5.402, de 30.10.2024.**

Explico.

Conforme relatado, **a discussão central situa-se na possibilidade**



Tribunal de Contas do Distrito Federal
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

suscitar a aplicação da Decisão Normativa nº 5/2021, com as alterações da Decisão Normativa nº 1/2024, no âmbito do Recurso de Revisão previsto no art. 33, inciso III, da Lei Complementar nº 1/1994.

Vejamos o que dispõe o art. 6º da DN nº 05/2021 e art. 2º da DN nº 1/2024:

*Art. 6º Esta Decisão Normativa entra em vigor em 1º de janeiro de 2022, aplicando-a aos processos autuados a partir dessa data, **bem como àqueles pendentes de deliberação de mérito ou de apreciação dos recursos previstos no art. 33, I e II, e no art. 47 da Lei Complementar nº 1/1994.***
[...]

*Art. 2º Esta Decisão Normativa entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-a aos processos autuados a partir dessa data, **bem como àqueles pendentes de deliberação de mérito ou de apreciação dos recursos previstos no art. 33, I e II, e no art. 47 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, inclusive quanto aos marcos interruptivos e suspensivos identificáveis no curso desses processos. (grifos acrescentados)***
[...]

Com o devido respeito aos argumentos apresentados pelo Revisor, **entendo que o texto final dos dispositivos mencionados estabelece de forma clara e explícita as fases recursais abrangidas pela norma adotada pela Corte.** Dessa forma, a aplicação da prescrição está expressamente limitada aos processos em tramitação relativos a recursos de reconsideração, embargos de declaração e pedidos de reexame, conforme disposto nos arts. 33, incisos I e II, e 47 da LO/TCDF, respectivamente.

Dentro desse contexto, **considero que os processos que já se encontram em fase recursal superaram a análise de mérito estabelecida nos arts. 6º da DN nº 05/2021 e 2º da DN nº 1/2024.** Assim, com o término da competência do TCDF, inicia-se o prazo decadencial de cinco anos para que a parte interessada possa exercer seu direito de solicitar a revisão da decisão final, por meio do recurso de revisão previsto no art. 36 da LO/TCDF³.

³ Art. 36. De decisão definitiva caberá recurso de revisão ao Plenário, sem efeito suspensivo, interposto por escrito, uma só vez, dentro do prazo de cinco anos, contados na forma prevista no inciso III do art. 31 desta Lei



Tribunal de Contas do Distrito Federal
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

Dessa forma, embora respeite o posicionamento do Revisor, considero que, no caso em questão, não se aplica a prescrição, por ausência de previsão legal específica para a incidência da prescrição no contexto do recurso de revisão, conforme disposto na DN nº 5/2021, alterada pela DN nº 1/2024. Essas normas, que regem os procedimentos aplicáveis, não contemplam a possibilidade de prescrição para este tipo de recurso, o que inviabiliza sua invocação no presente caso.

Além disso, **o recurso de revisão possui natureza eminentemente rescisória**, conforme consolidado no entendimento do Supremo Tribunal Federal no Tema 136. Essa característica rescisória afasta a aplicação de prazos prescricionais ordinários, **já que o recurso visa revisar decisões definitivas desta Corte**, fundamentadas em erro de cálculo das contas, falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida ou na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida. **Por essa razão, a aplicação da prescrição seria incompatível com os objetivos e a natureza jurídica do recurso de revisão.**

Ademais, discordo da alegação de que não há coisa julgada material a obstar ou mesmo interferir no andamento dos autos, sob o argumento de que não há estrita conexão entre a matéria versada neste processo com aquelas debatidas nos Processos TJDFT n.ºs 0703208-90.2021.8.07.0018 e 0704533-83.2023.8.07.0001.

Isso porque, no caso em apreço, ainda que se alegue distinção entre os processos em termos de objeto ou fundamentos, é necessário reconhecer que ambos se originam de fatos e relações jurídicas comuns como o contexto que deu ensejo à constituição do título executivo.

Pela pertinência, a respeito desse tema, reitero trechos do meu Voto lançado à peça 281:

Complementar, e fundar-se-á:

I – em erro de cálculo nas contas;

II – em falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida;

III – na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida.

Parágrafo único. A decisão que der provimento a recurso de revisão ensejará a correção de todo e qualquer erro ou engano apurado.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

Ademais, cumpre ressaltar que, em 19.05.2021 (ID 92213688), foi ajuizada a execução do título executivo extrajudicial (Processo TJDFT nº 0703208-90.2021.8.07.0018) em desfavor da Federação Brasiliense de Futebol e dos Srs. Herbert William de Oliveira Felix, Luiz Antônio de Oliveira e Weber de Azevedo Magalhães, com base no Acórdão nº 129/2018.

O Sr. Hebert William de Oliveira Félix, opôs Embargos à Execução (Processo TJDFT nº 0704533-83.2023.8.07.0001), por meio do qual suscitou a prescrição da pretensão e o erro praticado pelo TCDF ao sancioná-lo com pena de restituição ao erário. O pedido foi julgado improcedente, nos termos do art.487, I, do CPC.

Inconformado, o Sr. Herbert William de Oliveira Félix interpôs o recurso de apelação, o qual foi conhecido e, no mérito, não provido, cujo Acórdão assim restou ementado:

EMENTA APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. RECEBIMENTO DO RECURSO NO EFEITO DEVOLUTIVO. ART. 1.012, §1º, III, CPC. TRIBUNAL DE CONTAS. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CONVENIO COM SECRETARIA DO ESPORTE. PRESCRIÇÃO NÃO OCORRIDA. SENTENÇA MANTIDA.

1. Efeito devolutivo do recurso com base no art. 1.012, §1º, III, CPC, porque a sentença foi de improcedência dos embargos à execução. O apelante nem sequer indica probabilidade do direito e de perigo na demora aptos a autorizar concessão de excepcional efeito suspensivo na hipótese: o argumento de que o “prosseguimento da execução causará danos irreparáveis ao Apelante” não se presta a tal desiderato. Presentes os demais pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso, portanto, apenas no efeito devolutivo (art. 1.012, §1º, V, CPC).

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.886, Rel. Min. Alexandre de Moraes, fixou tese no Tema 899, segundo a qual “É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas”. 1.1. No julgamento, definido que, no que tange à exegese do §5º do artigo 37, CRFB/1988, somente são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário decorrentes de ato doloso de improbidade administrativa previsto na Lei 8.429/1992. Para os demais ilícitos, aplica-se a regra da prescritibilidade nos termos do Tema 666: “É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil”.

3. A pretensão reparatória do Erário surge quando concluído o procedimento fiscalizatório do Tribunal de Contas, “() momento em que há segurança suficiente para a afirmação da lesão e de sua extensão pelos legitimados para a defesa do direito violado. 3. Deve incidir, pela identidade de razões, o entendimento manifestado pelo Ministro



Tribunal de Contas do Distrito Federal

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

Alexandre de Moraes no RE 636.886/AL (Tema 899): 'uma vez encerrada a fase administrativo fiscalizatória (art. 19 e art. 23, III, 'b', c/c art. 24, todos da Lei 8.443/1992), o Poder Público possui o prazo de cinco anos para ajuizar a correspondente ação de ressarcimento, sob pena de restar fulminada a prescrição executória própria '()' (AgInt no AREsp n. 1.920.757/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/2/2022, DJe 15/3/2022).

3.1. E o julgamento do TCDF pelo qual imputado débito ao autor/apelante foi publicado em 08/06/2018; o Erário tinha até 08/06/2023 para exigir do apelado a penalidade aplicada. E a execução foi iniciada em 19/05/2021. Não há que se falar em inércia da Administração, nem em prescrição.

4. Recurso conhecido e desprovido. (destaquei).

Com efeito, de acordo com o andamento processual extraído do site do TJDFT, o Acórdão nº 188853340 (ID 61543836) foi publicado no DJe em 16.07.2024 e transitou em julgado em 08.08.2024 (ID 62716321).

Reconheço que a matéria referente à prescrição é de ordem pública, decorrente do princípio da segurança jurídica, podendo ser arguida até o trânsito em julgado da decisão desta Corte de Contas. Aliás, registre-se que o recorrente foi cientificado do Acórdão em 03.08.2018 (peça 160) e, embora regularmente notificado para proceder ao recolhimento do débito que lhe foi imputado, permaneceu inerte no adimplemento da obrigação imputada pela Corte de Contas.

Ato contínuo, foi encaminhado ofício da Secont/TCDF ao MPJTCDF para adoção das medidas cabíveis à cobrança judicial dos débitos imputados aos Srs. Herbert William de Oliveira Félix, Luiz Antônio de Oliveira, Weber Magalhães e à Federação Brasiliense de Futebol. Esse procedimento foi observado pela Corte nos termos da Decisão nº 3.604/2020, a qual, inclusive, determinou o arquivamento dos autos (peça 215).

Por consequência, o descumprimento voluntário da decisão deste Tribunal, consubstanciada no Acórdão nº 129/2018, resultou na formação do título executivo extrajudicial (CR/88, art. 71, § 3º). Como mencionado, o débito atribuído ao recorrente está sendo executado e, na esfera judicial, poderá ser desconstituído.

Pelo exposto, mantendo os fundamentos anteriormente apresentados,



Tribunal de Contas do Distrito Federal
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

VOTO no sentido de que o Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) da Informação nº 093/2024 – NUREC (peça 273);
- b) da Cota complementar do Diretor do NUREC (peça 278);
- c) do Parecer nº 605/2024-G1P (peça 280);
- d) do Acórdão nº 1888533 (ID 61543836) proferido no processo TJDFT nº 0704533-83.2023.8.07.0001, bem como do trânsito em julgado em 08.08.2024 (ID 62716321) do referido acórdão;

II. no mérito, negue provimento ao recurso de revisão interposto pelo Sr. Herbert William de Oliveira Félix (Peças 248/255) em face dos itens II e III da Decisão nº 2.228/2018 (Peça 151) e do Acórdão nº 129/2018 (Peça 152);

III. autorize:

- a. conhecimento da decisão que vier a ser proferida ao Recorrente;
- b. envio ao Núcleo de Recursos de cópia desta decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros;
- c. retorno dos autos à Secretaria de Contas – SECONT para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 2024.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator